

**LETRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS DIANTE DO ANTROPOCENO:
ESCREVIVÊNCIAS ECOLÓGICAS NO ENSINO SUPERIOR****SOCIO-ENVIRONMENTAL LITERACIES IN THE FACE OF THE
ANTHROPOCENE: ECOLOGICAL *ESCREVIVÊNCIAS* IN HIGHER EDUCATION****LETRAMENTOS SOCIOAMBIENTALES ANTE EL ANTROPOCENO:
ESCREVIVENCIAS ECOLÓGICAS EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR**

*Brenda Oliveira*¹, *Waldemar Cavalcante de Lima Neto*², *Carmen Roselaine de Oliveira Farias*³

Resumo

Este estudo objetiva compreender os sentidos que emergem da escrita de narrativas produzidas em uma oficina de letramento socioambiental ofertada a licenciandos(as) em Ciências Biológicas e bacharelandos(as) de Engenharia Ambiental. A oficina foi estruturada em três momentos: escrita como ato político e sensível; discussão sobre letramento socioambiental e os desafios do Antropoceno/Capitaloceno; e produção de *escrevivências ecológicas*, inspiradas em Conceição Evaristo (2007). A interpretação das narrativas foi orientada pelas potencialidades das *escrevivências* para a formação na educação superior. Os resultados indicam que a escrita possibilita processos de consciência, articulação entre memória, corpo e território, além de contribuir com a constituição de subjetividades ecológicas. Nesse sentido, consideramos que ao relacionar as *escrevivências ecológicas* à educação superior, amplia-se a dimensão crítica e sensível da educação ambiental, favorecendo outros modos de imaginar e habitar o mundo.

Palavras-chave: Letramento socioambiental; Educação Superior; Educação Ambiental; Antropoceno.

Abstract

This study aims to understand the meanings that emerge from the writing of narratives produced in a socio-environmental literacy workshop offered to undergraduate students in Biological Sciences and Environmental Engineering. The workshop was structured into three moments: writing as a political and sensitive act; discussion on socio-environmental literacy and the challenges of the Anthropocene/Capitalocene; and the production of ecological *escrevivências*, inspired by Conceição Evaristo (2007). The interpretation of the narratives was guided by the potential of *escrevivências* for higher education training. The results indicate that writing enables processes of awareness and articulation between memory, body, and territory, in addition to contributing to the constitution of ecological subjectivities. We argue that relating ecological *escrevivências* to higher education expands the critical and sensitive dimensions of environmental education, fostering other ways of imagining and inhabiting the world.

Keywords: Socio-environmental literacy; Higher Education; Environmental Education; Anthropocene.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo comprender los sentidos que emergen de la escritura de narrativas producidas en un taller de alfabetización socioambiental ofrecido a estudiantes de la licenciatura en Ciencias Biológicas y del bachillerato en Ingeniería Ambiental. El taller fue estructurado en tres momentos: la escritura como acto político y sensible; la discusión sobre la alfabetización socioambiental y los desafíos del Antropoceno/Capitaloceno; y la producción de *escrevivencias ecológicas*, inspiradas en Conceição Evaristo (2007). La interpretación de las narrativas estuvo orientada por las potencialidades de las *escrevivencias* para la formación en la educación superior. Los resultados indican que la escritura posibilita procesos de

¹ Ensino das Ciências (PPGEC) Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Olinda, PE, Brasil. E-mail: brendaoliveira994@gmail.com

² Ensino da Rede Nordeste de Ensino (RENOEN), Polo da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Olinda, PE, Brasil. E-mail: waldemar.cdneto@professor.educacao.pe.gov.br

³ Departamento de Biologia, Área de Ensino das Ciências Biológicas Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Olinda, PE, Brasil. E-mail: carmen.farias@ufrpe.br

concientización y de articulación entre memoria, cuerpo y territorio, además de contribuir a la constitución de subjetividades ecológicas. Consideramos que, al relacionar las *escrevivencias ecológicas* con la educación superior, se amplía la dimensión crítica y sensible de la educación ambiental, favoreciendo otras maneras de imaginar y habitar el mundo.

Palabras clave: Alfabetización socioambiental; Educación Superior; Educación Ambiental; Antropoceno.

1. Introdução

No Antropoceno, a relação entre seres humanos e ambientes passa a ser marcada por dinâmicas de dominação, nas quais a natureza é reduzida a objeto de exploração, controle e mercantilização. Nesses processos, a racionalidade predominante reflete o distanciamento com o nosso passado ancestral, cuja relação com o território se constituía em termos de escuta, pertencimento e coabitação, conforme descrito por Ailton Krenak em *Futuro Ancestral*: “os rios [...] me sugerem que se há um futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui.” (Krenak, 2022, p. 02).

De forma mais precisa, a noção de Capitaloceno evidencia a lógica segundo a qual a natureza é submetida ao capitalismo histórico; assim, ela é reduzida a um recurso passível de apropriação, exploração e mercantilização, não pela ação da humanidade de modo abstrato, mas sim pela racionalidade de acumulação que estrutura o sistema-mundo moderno (Moore, 2022).

Vale considerar que, enquanto em tempos ancestrais a relação com o território se constituía a partir da escuta, do pertencimento e da integração com o ambiente, hoje assistimos a um processo de esvaziamento e artificialização, no qual tudo se torna cada vez mais sintético. Sob esse viés de discussão, o Capitaloceno fabrica e simula experiências, substituindo o contato com o jardim pelo aroma sintético de uma flor, o encontro com o alimento semeado e colhido pela artificialidade produzida em laboratório, ou mesmo a vivência sensorial de um espaço natural por uma visita virtual. Logo, o mundo se converte em uma performance de sentidos mediados por algoritmos, em que a natureza é representada, mas não sentida.

Nesse contexto, a racionalidade capitalocênica converte elementos vitais em meros recursos, transformando rios em fontes de energia, florestas em áreas devastadas para a expansão do agronegócio e a biodiversidade em capital genético passível de exploração. Sob esse viés, difunde-se a ideia de que “salvar o planeta” se reduz a trocar canudos de plástico por versões metálicas ou adotar sacolas retornáveis, numa lógica em que a consciência ambiental é transformada em produto “sustentável” (Layrargues; Lima, 2014).

Diante desse quadro, a educação ambiental crítica constitui uma via para a construção de outros modos de ver e habitar o mundo. Essa perspectiva resgata territórios, memórias, histórias e culturas, afirmando relações que reconhecem a Terra como relacional bem como, território vivo. Trata-se de um chamado à reexistência e à resistência, assegurados pelo entrelaçamento de saberes, corpos e trajetórias que sustentam práticas de vida mais plurais e emancipadoras.

Afinal, que ciência estamos produzindo e ensinando acerca da relação entre seres humanos e ambientes? Que conhecimentos podem ser cultivados diante das ruínas do Antropoceno? Como lembra Krenak (2019), é preciso “adiar o fim do mundo” e, nesse horizonte, a educação superior pode constituir-se um campo para cultivar sensibilidades e insurgências capazes de enfrentar a crise socioambiental para além da racionalidade que sustenta o Capitaloceno.

Nesse cenário, torna-se fundamental problematizar tais racionalidades, e o letramento socioambiental emerge como possibilidade de formação crítica alinhada à educação ambiental crítica, articulando ciência, cultura e política em práticas capazes de sensibilizar e mobilizar sujeitos para compreender e intervir nas crises socioambientais. Dessa forma, ao integrar essas discussões ao ensino de Biologia, abre-se espaço para experiências educativas que não apenas denunciam os efeitos do Antropoceno/Capitaloceno, mas também cultivam imaginários, dialogam com outros saberes e fortalecem narrativas e modos de (re)existência capazes de fabular outros mundos.

Nesse pressuposto, partimos do entendimento de que a escrita pode constituir-se como prática pedagógica e política no ensino de Biologia, abrindo fissuras capazes de fabular outros mundos diante dos efeitos do Antropoceno. Este trabalho orienta-se pela seguinte questão norteadora: que sentidos emergem das *escrevivências ecológicas* produzidas em uma oficina de letramento socioambiental? Assim, temos como objetivo compreender os sentidos que emergem dessas práticas de escrita - entendidas aqui como *escrevivências ecológicas* - analisando de que modo tais fabulações podem contribuir para imaginar e experimentar outros caminhos no ensino superior.

Portanto, propomos a ampliação do conceito de *escrevivência* (Evaristo, 2007) para o campo da educação ambiental, formulando a noção de *escrevivências ecológicas*. Nessa lógica, enquanto a *escrevivência* emerge como escrita da vida, marcada pela memória coletiva e pela resistência diante do silenciamento histórico das mulheres negras, as *escrevivências ecológicas* inscrevem corpo, território e natureza como dimensões centrais da experiência formativa. Para tanto, essa transposição conceitual constitui a principal contribuição deste trabalho, ao reconhecer a escrita como prática pedagógica e política capaz de articular letramento socioambiental, memória afetiva e crítica ecológica. Ademais, ao adentrar a educação ambiental, as *escrevivências ecológicas* configuram-se como um espaço de fabulação e resistência diante do Antropoceno, possibilitando aos sujeitos que se reconheçam como ecológicos e mobilizem narrativas para imaginar outros mundos possíveis, contrariando a lógica do Capitaloceno.

2. A educação ambiental diante do Antropoceno/Capitaloceno

A expressão “da lama ao caos, do caos a lama”, presente na canção de Chico Science e Nação Zumbi, inspira pensarmos sobre a crise socioambiental que caracteriza o Antropoceno. A repetição evocada na letra traduz a dinâmica de um tempo marcado pela circularidade dos

colapsos, em que a degradação ambiental retroalimenta e intensifica as desigualdades sociais. Essa crise civilizatória instaura um verdadeiro “caos ambiental”, resultado do avanço da exploração predatória dos recursos naturais, cujos efeitos incidem de maneira ainda mais severa sobre as populações vulnerabilizadas, aprofundando processos de injustiça socioambiental.

Nesse contexto, o Antropoceno tem sido apresentado como um conceito agregador, embora venha sendo amplamente questionado por diferentes campos do saber. O termo reconhece que as ações humanas adquiriram forças comparáveis às grandes forças geológicas, tornando-se capazes de alterar profundamente os sistemas terrestres a ponto de demarcar um novo período histórico. Assim, o Antropoceno tem servido como categoria analítica para avaliar e problematizar as relações entre os humanos e as demais naturezas no contemporâneo (Pereira; Zitkoski, 2024)

Por outro lado, autores como Moore (2022) problematizam o emprego do termo ao argumentar que ele dilui responsabilidades históricas ao atribuir a crise ambiental à “humanidade” de forma abstrata. Como alternativa, Moore propõe a noção de Capitaloceno, deslocando o foco para o sistema capitalista e sua lógica de acumulação, exploração e mercantilização da vida e da natureza. Nesse sentido, o que está em jogo não é apenas a ação humana sobre o mundo natural, mas a ascensão de um modo de produção imperialista, desigual e ecologicamente destrutivo, que molda as relações socioambientais contemporâneas.

Desse modo, tais dinâmicas se intensificam no interior da racionalidade capitalista, que sustenta um modo de vida de caráter imperialista. O conceito de Antropoceno oferece, portanto, uma lente crítica para a compreensão das múltiplas crises socioambientais; simultaneamente, a noção de Capitaloceno aprofunda essa crítica ao evidenciar que essas crises estão intrinsecamente articuladas à racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2019) e à crise da ciência e da política na modernidade (Latour, 2010).

Nesse cenário, como argumenta Saito (2023), a principal causa da crise climática reside no sistema capitalista, já que o aumento expressivo das emissões de gases de efeito estufa ocorreu sobretudo após a Revolução Industrial - marco da ascensão do capitalismo e da chamada Era da Grande Aceleração. Essa perspectiva evidencia a incorporação da natureza à lógica econômica, convertendo-a em recurso, força de trabalho, energia e matéria-prima.

Segundo Saito (2023), a crise climática decorre de um sistema produtivo e de um estilo de vida imperialistas, sustentados por uma ordem internacional na qual os países desenvolvidos exploram recursos, energia e mão de obra do Sul Global. Dessa forma, enquanto o Norte Global se consolida sobre um modelo de produção e consumo em massa, o Sul Global permanece integrado e subordinado a essa mesma lógica, garantindo a reprodução do sistema.

As relações de poder que estruturam a sociedade levam-nos a questionar as políticas que definem quem pode viver e quem deve morrer, quem explora e lucra, e quem se sacrifica e é explorado. Trata-se da lógica da necropolítica, ou “política da morte”, que, ao gerir corpos e territórios, determina quais vidas são reconhecidas como dignas de proteção e quais são

tornadas descartáveis (Mbembe, 2018). Sob essa lente crítica, o Antropoceno/Capitaloceno não se apresenta apenas como uma era de devastação ambiental, mas como um regime político que mercantiliza a vida e produz hierarquias de existência.

A necropolítica, nesse sentido, amplia as reflexões de Foucault (2000) sobre biopolítica ao evidenciar que, em sociedades atravessadas por desigualdades estruturais, o poder soberano opera de modo hierárquico, elegendo os corpos que serão governados pelo biopoder enquanto outros são marginalizados, silenciados e sistematicamente expostos à morte. Desse modo, a crise climática não pode ser dissociada das crises política e social, uma vez que os efeitos do Antropoceno/Capitaloceno recaem de maneira desproporcional sobre populações vulnerabilizadas, como comunidades tradicionais, povos indígenas e populações periféricas.

Um olhar que tensiona esse modelo de morte emerge das visões de mundo que buscam “adiar o fim do mundo”, saberes que mobilizam cosmovisões não hierárquicas entre humanos, não humanos e mais-que-humanos, promovendo o exercício de sonhar outros mundos e de questionar tanto o Antropoceno quanto a racionalidade neoliberal. Como afirma Krenak (2019, p. 20), “pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos”.

Nesse sentido, a antropóloga Anna Tsing (2019), em *Viver nas ruínas*, propõe compreender o Antropoceno não apenas como tempo de colapso, mas de precariedade, marcado por ruínas. Tsing argumenta que a vida insiste em florescer mesmo em ambientes degradados pelo capitalismo. A autora ilustra essa perspectiva a partir de seu estudo etnográfico sobre o cogumelo matsutake, mostrando como humanos e não humanos produzem modos de coexistência em meio às ruínas do desenvolvimento. Esses cogumelos, que vivem em simbiose com outras espécies em solos empobrecidos, foram incorporados ao mercado global, transformando-se também em recurso econômico.

Ao narrar esse percurso, Tsing constrói uma “etnografia do capitalismo”, ancorada nas interações que constituem a paisagem multiespécies e possibilitam a emergência de modos diversos de vida - formas de viver nas ruínas do Antropoceno. Trata-se, portanto, de compreender o Antropoceno como espaço de fabulação, no qual outras formas de habitar o mundo tornam-se possíveis mesmo em contextos de precariedade. A leitura de *Viver nas ruínas* (Tsing, 2019) dialoga com as reflexões de Krenak (2022) em *Futuro ancestral*: enquanto Tsing descreve como a vida persiste por meio de alianças multiespécies em condições degradadas, Krenak afirma que o futuro se ancora em uma ancestralidade viva, na qual a Terra é território relacional cuja continuidade depende da escuta e do pertencimento. Essas confluências tensionam a racionalidade hegemônica do Antropoceno/Capitaloceno e abrem horizontes para imaginar futuros que escapam da lógica da morte, apostando na coexistência, no cuidado e na fabulação de outros mundos.

Como destacam Steil e Carvalho (2014), tais epistemologias rompem com as dualidades modernas - natureza-cultura, sujeito-sociedade, corpo-mente - ao reconhecerem a indissociabilidade entre modos de habitar e modos de conhecer. Sob essa perspectiva, conhecer não é uma atividade abstrata e descolada da experiência, mas uma prática

diretamente vinculada às formas de se estar no mundo, deslocando a centralidade do sujeito moderno e reconhecendo a interdependência entre humanos, não humanos e territórios. Nesse movimento, as epistemologias ecológicas se abrem à multiplicidade de saberes — científicos, tradicionais, ancestrais e espirituais — como formas legítimas de produzir conhecimento.

Dessa forma, ao reconhecer que habitar e conhecer são dimensões indissociáveis, essas epistemologias também convocam a pensar a constituição das subjetividades, especialmente os modos como internalizamos “valores ecológicos” que entram em disputa e contradição diante de uma sociedade orientada por valores individualistas, consumistas e predatórios (Carvalho, 2013). Assim, a construção dessas subjetividades envolve um processo contínuo de identificação com ideais ecológicos, manifestando-se em escolhas éticas, políticas e estéticas.

É nesse cenário que a educação ambiental se apresenta como horizonte de resistência e como campo de práticas formativas capazes de questionar estruturas de exploração, reconhecer saberes diversos e cultivar relações mais justas entre humanos e não humanos. Ao articular ciência, cultura e política, a educação ambiental afirma que enfrentar o Antropoceno/Capitaloceno não é apenas um desafio técnico, mas sobretudo ético e epistêmico.

Nessa direção, reconhecemos a importância de integrar uma dimensão sensível à educação ambiental, no sentido de mobilizar “as capacidades criativas, reflexivas e corporais, bem como a emergência da afetividade e do diálogo, afastando-se de uma percepção puramente racional e hegemônica” (Iared *et al.*, 2021, p. 4-5). O entrelaçamento entre a perspectiva crítica e a dimensão sensível amplia as possibilidades formativas, criando espaços para imaginar e fabular outros mundos e modos de interação entre humanos e não humanos.

3. Letramentos socioambientais em diálogo com “escrevivências ecológicas”

Ao aproximar a educação ambiental crítica e pós-crítica do conceito de letramento socioambiental, ampliam-se os horizontes formativos e interpretativos que atravessam o campo educacional. Nessa perspectiva, o conceito de letramento não se restringe ao domínio da linguística; ao contrário, constitui-se como prática social que permeia diferentes áreas e contextos, transformando-se conforme os usos sociais da leitura e da escrita. Trata-se de um conceito plural que reconhece a multiplicidade de práticas, significados e funções assumidas pela linguagem em distintos contextos socioculturais (Soares, 2009).

Nesse contexto, Magda Soares (2009), em *Letramento: um tema em três gêneros*, estabelece uma distinção fundamental entre alfabetização e letramento. A autora define alfabetização como a aquisição da “tecnologia” da leitura e da escrita, isto é, o domínio das habilidades de decodificar e codificar símbolos. O letramento, por sua vez, ultrapassa essa dimensão técnica e é compreendido como um conjunto de práticas sociais que atribuem sentido ao uso da leitura e da escrita em diferentes contextos culturais, políticos e cognitivos.

Nessa perspectiva, embora a alfabetização seja condição necessária, mostra-se insuficiente para garantir a inserção crítica dos sujeitos no mundo. No entanto, o letramento deve ser entendido como um fenômeno socialmente situado, capaz de refletir, e simultaneamente tensionar, as estruturas de poder, possibilitando que os sujeitos se posicionem, dialoguem e atuem de forma consciente diante das múltiplas demandas sociais.

Mediante a distinção apresentada por Soares (2009), compreendemos os letramentos socioambientais como uma prática de leitura e escrita crítica de mundo, por meio da qual os sujeitos constroem sentidos para suas ações, posicionamentos e relações com o ambiente. Trata-se de um processo que articula múltiplas linguagens - artísticas, científicas, culturais -, possibilitando que os indivíduos se reconheçam como parte integrante do meio e corresponsáveis por sua transformação (Freire et al., 2025).

Analogamente, a escrita ocupa lugar central nesse movimento formativo, pois constitui uma via de investigação dos próprios sentidos, percepções e experiências, muitas vezes não plenamente conscientes. Como expressa Clarice Lispector (2008, p. 277),

Às vezes tenho a impressão de que escrevo por simples curiosidade intensa. É que, ao escrever, eu me dou as mais inesperadas surpresas. É na hora de escrever que muitas vezes fico consciente de coisas, das quais, sendo inconsciente, eu antes não sabia que sabia.

Nesse sentido, o processo de escrita configura-se, assim, como um exercício de tomada de consciência, por meio do qual o sujeito reconhece dimensões de si e do mundo, articulando diferentes modos de conhecer. Para Clarice Lispector, a escrita não se limita ao gesto técnico: ela está no mundo, atravessa a experiência humana e revela sentidos que, muitas vezes, permanecem latentes.

Nessa mesma perspectiva, Ana Maria Netto Machado (1998, p. 12) observa que grande parte das pessoas que escrevem acaba por surpreender-se com o próprio texto, experimentando, por vezes, uma sensação de estranhamento. A autora afirma que escrever constitui um verdadeiro método de investigação, “uma pescaria, mas uma pescaria num mar interior”, capaz de permitir que o sujeito reorganize suas experiências de vida de modo singular e até então inédito.

Dessa forma, no âmbito do letramento socioambiental, o ato de escrever amplia-se para os entrelaçamentos do sujeito com as relações entre humanos, não humanos e território. A escrita de experiências, memórias e percepções ambientais permite articular saberes, afetos e narrativas que desafiam visões reducionistas de natureza e meio ambiente. Nesse movimento, a escrita se configura como prática pedagógica e política, favorecendo a autoformação de subjetividades ecológicas e a emergência de novas imaginações sobre a coexistência entre humanos e não humanos.

Essa compreensão da escrita como exercício de tomada de consciência dialoga diretamente com o conceito de “escrivência” elaborado por Conceição Evaristo (2007).

Para a autora, escrever não é apenas narrar, mas inscrever no texto as marcas da vida, da memória e da experiência coletiva, especialmente das mulheres negras, historicamente silenciadas. Trata-se de uma escrita que nasce da vivência e da resistência, constituindo-se como gesto político de denúncia e de anúncio de outras possibilidades de existir.

Para Conceição Evaristo, a escrevivência surge do entrelaçamento entre escrever, viver e de se ver - um movimento em que a escrita se faz experiência e a experiência se faz escrita. Trata-se de uma narrativa que questiona, denuncia e resgata lugares de memória, conferindo corpo e voz a sujeitos historicamente silenciados (Evaristo, 2020). Para a autora, a “escrevivência” emerge como uma forma de entendimento de vida, a partir da experiência pessoal e de autoinscrever-se no mundo com as histórias. É uma escrita que reflete o incômodo dos “estados das coisas”, da necessidade de existir. Assim, toda a subjetividade da escrita - nas escolhas das palavras, na estética, na emoção e na linguagem - desvela um modo de perceber o mundo e de narrar coletivamente as experiências, deslocando a escrita de um espaço individual para um campo social e político.

O termo escrevivência não foi criado por Evaristo com a intenção inicial de constituir um conceito teórico, mas como uma forma de nomear uma prática de escrita e de existência. No entanto, à medida que essa noção passou a ser mobilizada no meio acadêmico - em pesquisas, dissertações e teses - ela vem se consolidando como um conceito epistemológico e político, capaz de deslocar formas de produzir conhecimento (Fonseca, 2020). Ao trazer a escrevivência para o campo da educação ambiental na educação superior, propomos sua ampliação e reinterpretação na forma de *escrevivências ecológicas*, compreendidas como narrativas que entrelaçam corpo, território, ancestralidade e natureza, produzindo outras possibilidades de conhecer e de ensinar diante das crises do Antropoceno.

No livro *Olhos d'água* de Evaristo Conceição (2016, p. 12) narra: “Lembro-me ainda do temor de minha mãe nos dias de fortes chuvas. Em cima da cama, agarrada a nós, ela nos protegia com seu abraço. E com os olhos alagados de prantos balbuciava rezas a Santa Bárbara, temendo que o nosso frágil barraco desabasse sobre nós”. Essa escrevivência evidencia como as experiências de precariedade social moldam a relação com o ambiente e com os fenômenos naturais. A chuva é retratada como uma ameaça direta marcada pela insegurança estrutural e pela vulnerabilidade de populações negras e periféricas, assim desvelando camadas do racismo ambiental, na medida em que determinados corpos e territórios são historicamente expostos a riscos maiores de deslizamentos, enchentes e ausência de infraestrutura. Ao mesmo tempo, a escrita destaca a figura materna como gesto de proteção e resistência, reafirmando que há cuidado, memória e força que sustentam.

Nesse movimento, deslocamos a noção de escrevivência do campo exclusivo da denúncia das opressões sociais e raciais para abarcar, igualmente, a denúncia das agressões socioambientais e a afirmação de memórias, afetos e modos de habitar a Terra. As *escrevivências ecológicas* configuram-se, assim, como narrativas que reconhecem o ambiente como um mundo relacional, no qual humanos e não humanos se coproduzem. Essa ampliação conceitual constitui a principal contribuição deste estudo, pois desafia as racionalidades hegemônicas do Antropoceno e abre espaço para fabulações que articulam ciência, cultura e

política em práticas pedagógicas sensíveis. Nesse horizonte, a escrita torna-se também um ato ecológico, capaz de formar sujeitos que, ao narrar suas experiências, reinscrevem-se como parte indissociável da natureza, sem desconsiderar suas historicidades, classe, território, raça, gênero, etnia e espécie.

Meu processo de escrita, enquanto primeira autora, inscreve-se nessa perspectiva e constitui uma escrevivência que emerge da minha experiência como mulher, professora e pesquisadora em formação. Trata-se de um movimento que atravessa a relação entre escrita e pesquisa, pois não consigo concebê-la - mesmo na esfera científica — como um ato puramente racional ou instrucional. Escrever, para mim, é um gesto que articula corpo e mente, pensamento e emoção; é um trabalho em que o ritmo da respiração, as tensões do corpo e os afetos atravessam o que se inscreve no texto. Nessa imersão, a escrita surge quase por si mesma: nem tudo é planejado, mas cada palavra carrega camadas de reflexão, emoção e experiência vivida. Mesmo quando passo pela revisão sistemática exigida na escrita acadêmica, percebo que o processo criativo envolve emergir do inconsciente para a consciência, tecendo fios que conectam minha subjetividade ao mundo e à temática que desejo abordar.

É nesse movimento que descubro a potência da minha voz, capaz de se entrelaçar com outras vozes, múltiplas e plurais e assumir uma responsabilidade ética e política sobre o que escrevo. A escrita, então, não apenas informa, mas sensibiliza, permitindo que a ciência respire junto com a experiência, abrindo espaço para uma escrita que constrói, costura e revela sentidos. Ao escrever assim, ousou afirmar: sou uma mulher inteira, e minha escrita é simultaneamente rigor acadêmico e expressão de vida.

Em nosso diálogo (autora e co-autores) percebemos que a escrita é uma forma de expressão das subjetividades que permite a expressão das intencionalidades e rasgos ideológicos. Através da escrita é possível compreender a existência e as relações que nela são estabelecidas e, nesse processo dialógico, o ser compreende, retrata, refrata e desvela as mais plurais relações entre humano e não-humano.

4. Procedimentos metodológicos

Nesse estudo buscamos compreender os sentidos que emergem das escritas narrativas de *escrevivências ecológicas*, produzidas em uma oficina de letramento socioambiental. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e interpretativa e foi concebida como uma investigação narrativa, na qual a própria prática da escrita é entendida como um ato de produção de conhecimento, fabulação e análise. O conceito de escrevivência constitui-se simultaneamente como dado, método e interpretação. Nesse lógica, a pessoa que escreve, já o interpreta e se reinscreve, transformando o texto em lugar de reflexão e criação.

A pesquisa foi desenvolvida no ensino superior, com licenciandos(as) em Ciências Biológicas e bacharelandos(as) do curso de Engenharia Ambiental, de uma universidade

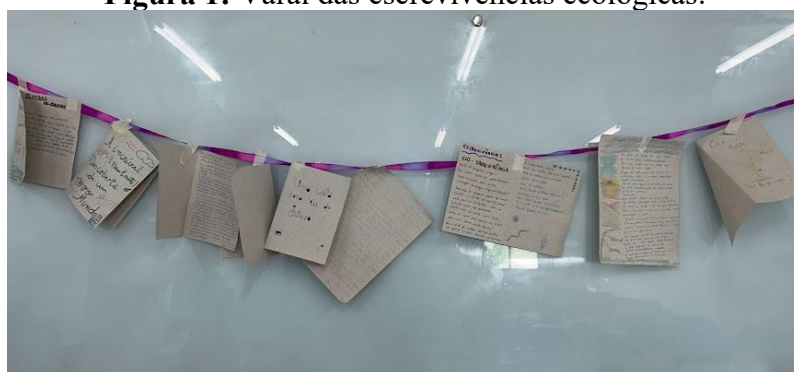
pública de Pernambuco. A oficina intitulada “Escritas e letramentos socioambientais diante do Antropoceno” durou 4 horas e foi ofertada (pelas pessoas autoras) durante um evento de compartilhamento de experiências de ensino das ciências biológicas. A oficina foi organizada em três momentos interligados, que articulam dimensões teóricas, estéticas e políticas. Teve por objetivo favorecer a construção de sentidos sobre a relação entre escrita, subjetividade e ambiente, bem como o desenvolvimento de reflexões e críticas acerca dos discursos da emergência e crise ambiental diante do Antropoceno.

No primeiro momento, foi trabalhada a temática da escrita como um ato político e sensível, discutiu-se acerca da razão de escrever, compreendendo a escrita como denúncia, escuta e criação. Os participantes refletiram sobre por que escrevemos e como a escrita pode narrar histórias, culturas e memórias, destacando sua dimensão afetiva, espiritual e corporal. A partir dessa discussão, foram exploradas as relações entre memória, corpo e território, bem como os processos de escrita e reescrita compartilhados em grupo.

No segundo momento, com a temática de letramento socioambiental, introduzimos o conceito do Antropoceno e as discussões sobre necropolítica. Nesse espaço, foram problematizadas as relações entre humanos, não humanos e natureza, incentivando a reflexão sobre quais escritas se tornam possíveis e urgentes diante da crise socioambiental.

No terceiro momento abordamos o conceito de escrevivência de Conceição Evaristo (2007), transpondo para o campo da educação ambiental como *escrevivências ecológicas*. Foram apresentados trechos de obras da autora, e em seguida, propomos a prática da escrita, permitindo aos participantes a experiência da escrita de suas *escrevivências ecológicas*. Todas as produções foram compartilhadas em um “varal de escrevivências” como ilustrado na Figura 1, favorecendo o reconhecimento das múltiplas vozes e experiências presentes no grupo.

Figura 1: Varal das escrevivências ecológicas.



Fonte: Autores (2025)

Nesse sentido, o *corpus* analítico deste trabalho se constitui de nove escrevivências ecológicas, que passaram por um movimento de leitura e interpretação sensível e política. Buscamos compreender os sentidos que emergem da escrita, valorizando tanto as experiências individuais quanto os movimentos coletivos de sensibilização ecológica.

O percurso metodológico da escrevivência ecológica reafirma um modo de fazer pesquisa que articula estética, política e educação ambiental no contexto da educação superior. Ao assumir a escrita narrativa como uma forma de ver, sentir e habitar o mundo, visibiliza-se uma prática investigativa que produz deslocamentos, suscita sensibilidades e cria condições para encontros capazes de “adiar o fim do mundo” e fabular outros modos de viver.

5 Afeto, crítica e resistência: sentidos presentes nas escrevivências ecológicas

A oficina contribuiu com a criação e imaginação de narrativas que transitaram entre memórias pessoais, experiências coletivas e reflexões críticas sobre os contextos socioambientais que são parte das vivências das pessoas participantes. O processo de escrita assumiu uma dimensão sensível, constituindo-se não apenas como um exercício de linguagem, mas como uma prática de letramento socioambiental por meio da qual os sujeitos elaboraram sentidos sobre suas próprias relações com o ambiente. Estas produções permitiram acessar sentidos aos quais atribuímos relações com as dimensões da memória afetiva e pertencimento, da crítica socioambiental e da natureza como um lugar de resistência e (re)existência.

Vale salientar que essas dimensões contribuem para compreender a pluralidade das vivências ecológicas, que se entrelaçam e dialogam entre si, indicando que os letramentos socioambientais favorecem a ampliação de uma concepção segundo a qual o humano se orienta por uma identidade socioambiental complexa, dinâmica e continuamente em construção. Assim, tais dimensões não funcionam como categorias fixas para classificar os textos, mas como movimentos que coexistem e se imbricam nas escritas, assim como na própria vida.

Memória afetiva e pertencimento

“Pisar no mangue é me perder e também me achar, quando olho para trás e vejo as pegadas ocupando o lugar.” (Pegadas no mangue)

“Lugar que volto sempre que preciso me encontrar, achar o eixo para o equilíbrio sempre momentâneo.” [...] “Não há como separar as memórias de quem me tornei daquelas feitas de sopro e areia. De brisa e maresia.” (Sem título)

“Lembra-te do paredão?... sentávamos e contemplávamos a natureza.” [...] Sinto saudades de sentir o vento forte no rosto e mais ainda dos teus abraços.” (Voinha)

Nesse contexto, as produções escritas apresentaram sentidos relacionados a ambientes de vida, evocando significados de pertencimento e memória afetiva. Isso nos sugere que a escrevivência ecológica produziu um espaço de expressão de vivências em territórios da infância, e memórias que revelam um cenário de afetividade que não pode ser considerado propriamente externo.

Para tanto, vocábulos como “a avó”, “a jaqueira”, “o vento”, “o manguê”, “o quintal” e “as árvores frutíferas” não são apenas elementos externos, mas constituem dimensões da subjetividade das pessoas narradoras. Fragmentos como “pegadas no manguê” e “voinha” demonstram espaço de pertencimento e de identidade, sendo também lugar de saudade e perda. Isso pode ser percebido no trecho “lugar que volto sempre que preciso me encontrar [...] pessoas, cachorros, trilhos, porto e navio, as amizades improváveis como um salso chorão, uma amoreira, uma pereira e uma figueira de doces frutos”.

Com efeito, nas narrativas, conhecer e habitar aparecem como fenômenos indissociáveis, em que essas as constituem um modo de conhecer a partir das experiências vividas. Além disso, revelam uma dimensão sensível e estética do letramento socioambiental, no sentido apresentado por Iared *et al.* (2021), pois a escrita possibilita a emergência de subjetividades que reconhecem a interdependência entre humanos e territórios. No contexto da nossa investigação, essa dimensão, construtora dos sentidos manifestos, aponta para uma prática pedagógica que, a partir da escrita, desloca o ensino de uma visão técnica e abstrata para uma formação que valoriza identidades, histórias e experiências afetivas com a natureza.

Crítica socioambiental

“...não devo me render a hipocrisia e esquecer o que as mesmas pessoas que recebem abrigo e alimento de Gaia, são capazes de fazer [...] com seus tratores devastam florestas e liberam o carbono armazenado, poluem com metais pesados o solo e a água, matam os animais por diversão [...] quantas outras crueldades o ser humano é capaz de fazer?” (Um pouco sobre algo).

“Era uma vez... uma floresta intocada... uma água limpa... um solo fértil... [...] Como foi dito: era uma vez / Pois os humanos passaram por lá” (Era uma vez).

“Tem como viver no antropoceno? [...] isso perde muito tempo [...] sempre tava jogando no celular [...] Ah meu amigo, você nunca viveu, só experimentou uma performance de algo fabricado, você apenas sobrevive.” (Eco-sobrevivência).

Embora poéticos, os textos também assumem um tom de denúncia e posicionamento político. No texto intitulado Eco-sobrevivência: “meu amigo, você nunca viveu, só experimentou uma performance de algo fabricado, você apenas sobrevive.” e Era uma vez: “Era uma vez... uma água limpa (...) Era uma vez... um solo fértil (...) Pois os humanos

passaram por lá” denunciam a degradação ambiental, o consumo exacerbado e a alienação tecnológica.

Sob essas circunstâncias denunciativas, há uma perspectiva crítico-reflexiva que problematiza as contradições da sociedade moderna, no sentido das críticas contra o Antropoceno/Capitoloceno. Essas escritas revestem-se de sentidos políticos, denunciando a destruição ecológica, o esvaziamento das experiências sensoriais autênticas e o consumo como simulação de vida.

Assim, esses discursos evidenciam uma tomada de consciência crítica, colaborando para posicionamentos contra práticas destrutivas, além de revelar indignação frente ao modo como a sociedade tem se relacionado com a natureza. Além disso, observamos a problematização da lógica capitalista que converte ambientes e territórios em mercadorias, alinhando-se à perspectiva crítica da educação ambiental que reconhece a existência de uma crise civilizatória. Nesse sentido, o letramento socioambiental representa um exercício de denúncia, de pensamento crítico e de responsabilização ética, indo além de uma prática meramente informativa sobre as relações com o ambiente.

Ambientes como lugares de resistência e (re)existência

“As forças que carrego hoje são vindas de muitas lutas, labutas, distâncias... De um lugar que me chega nas formas de vento e água.” (Sem título).

“Gaia me acolheu / Senti cheiro de terra molhada / Enraizei, me fiz casa/ Meu útero sangra na lua cheia” (Correria).

“Menino aventureiro que amava brincar de desbravar a natureza descobrindo novas sensações e sentidos que eram proporcionados por ambientes [...] para se sentir carregado ele precisava vivenciar as experiências em que ele vivenciava no seu mundo, o lugar que sempre pertenceu.” (A incrível, ou nem tanto, descoberta de um novo mundo).

Nesta perspectiva, os textos apresentam imagens potentes que se articulam com um processo de cura, como nos trechos: “gaia me acolheu [...] enraizei, me fiz casa” e “as forças que carrego hoje são vindas de muitas lutas, labutas, distâncias”. As narrativas deslocam o olhar da destruição para a possibilidade de reflorescimento em meio às ruínas, evocando cosmologias que reconhecem a Terra como território vivo.

As *escrevivências ecológicas* se aproximam das reflexões de Tsing (2019), que descrevem formas de viver nas ruínas, bem como de Krenak (2019), que defende a escuta da Terra como horizonte para adiar o fim do mundo, criando vínculos com a natureza. Desse modo, a escrita se torna uma prática de fabulação, caminhos de (re)existência e de esperança em meio ao caos do Antropoceno/Capitoloceno, articulando crítica e sensibilidade no processo formativo. Essa dimensão revela a importância de práticas pedagógicas que não se

restringam ao diagnóstico da crise socioambiental, mas que promovam experiências estéticas, espirituais e culturais de reconexão com a Terra, ampliando o sentido formativo da educação ambiental.

A análise das *escrevivências ecológicas* produzidas na oficina revela um movimento discursivo que entrelaça três dimensões - memória afetiva e pertencimento, crítica socioambiental e ambientes como lugares de resistência e (re)existência -, que, embora apresentem especificidades, dialogam de forma orgânica, revelando uma composição comum na experiência dos(as) participantes. Logo, evidenciam o potencial do letramento socioambiental como prática pedagógica, política e sensível, abrindo possibilidades de pensar em outros mundos.

Em suma, na primeira dimensão - memória afetiva e o pertencimento - emergem narrativas que resgatam experiências e vínculos afetivos com o ambiente. Esse movimento não é apenas sensível, mas denuncia perdas, desmatamento e apagamentos, criando uma correlação com a dimensão da crítica socioambiental que, por sua vez, descreve o distanciamento com a natureza, a degradação dos ecossistemas e a alienação promovida pelo consumo e pela tecnologia. Esses elementos dialogam com a terceira dimensão, uma vez que a denúncia não se encerra no diagnóstico da crise, mas se desloca para a busca de alternativas. É nessa articulação que emerge o ambiente como lugar de resistência e (re)existência, desvelando possibilidades de reconexão, luta e cura.

Nesse sentido, o conjunto das *escrevivências* revela que os letramentos socioambientais não se dão apenas no nível cognitivo ou informativo, mas como processo sensível, ético e político. Assim, a escrita evoca experiências que articulam sensibilização ecológica em uma perspectiva política, afetiva e denunciativa. Diante do exposto, a oficina promoveu práticas de escrita que fortaleceram uma educação ambiental crítica como espaço de experimentação de mundos, no qual a escrita se converte em ato de imaginar, sentir e resistir.

6. Considerações finais

Neste estudo, argumentamos sobre o lugar e o sentido da escrita em contextos de educação ambiental na educação superior, compreendendo-a como prática formativa capaz de mobilizar sujeitos críticos, sensíveis, reflexivos e politicamente engajados frente aos desafios do Antropoceno/Capitaloceno. As *escrevivências ecológicas* analisadas evidenciaram não apenas memórias e afetos, mas também denúncias, tensionamentos e projeções de (re)existência, consolidando-se como expressão concreta dos letramentos socioambientais e como caminho potente para imaginar e construir outras formas de habitar o mundo.

A análise das narrativas evocaram memórias afetivas, pertencimentos, crítica socioambiental e ambientes como lugares de resistência e (re)existência, revelando um movimento dialético que integra aspectos estéticos, políticos, ecológicos e sensíveis ao letramento socioambiental. Tal movimento demonstra que escrever articula diferentes tipos de conhecimentos e sensibilidades, favorecendo a imaginação de alternativas frente aos desafios do presente.

Nesse sentido, compreendemos que a experiência vivenciada a partir do conceito de escrevivência de Conceição Evaristo (2007) contribuiu para mobilizar memórias, afetos, vivências e resistências. Concomitantemente, as narrativas denunciam os efeitos da racionalidade capitalista e neoliberal sobre os territórios, além de anunciarem possibilidades de vida em meio às ruínas, afirmando a potência da escrita para a sensibilização socioambiental. Desse modo, integrar a escrita e as escrevivências ecológicas à educação ambiental amplia as possibilidades formativas críticas, permitindo que estudantes se reconheçam como sujeitos ecológicos.

Portanto, integrar escrevivências ecológicas ao ensino de biologia e de ciências amplia as possibilidades pedagógicas de tensionar discursos naturalizados e de promover uma leitura crítico-reflexiva que, muitas vezes, é silenciada pelos efeitos do Antropoceno. Nesse horizonte, este estudo reafirma a urgência de uma educação ambiental crítica que não apenas desvele as estruturas de poder e dominação, mas que também sustente o sonhar, a fabulação e a tessitura de novas relações entre humanos e não humanos, um gesto ético-político de adiar o fim do mundo e de imaginar outras formas de coexistência.

Referências

- CARVALHO, I. C. de M. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades na escola. In: Pernambuco, Marta; Paiva, Irene. (Org.). **Práticas coletivas na escola**. 1ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013, v. 1, p. 115-124.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de minha escrita. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 35, p. 68-77, jan./abr. 2007.
- EVARISTO, C. **Olhos d'água**. Palas Editora, 2016.
- EVARISTO, C. **A Escrevivência e seus subtextos**. In: DUARTE, Constância L; NUNES, Isabella R. Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Ilustrações Goya Lopes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- FONSECA, M. N. S. Escrevivência: sentidos em construção. In: **Escrevivência: A escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**, p. 58-73, 2020.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São

Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREIRE, R.; LIMA NETO, W. C.; SILVA, R. P.; FARIAS, C. R. de O. Entre papelão, palavras e práticas: letramentos socioambientais na formação de professores e educadores ambientais. **Revista Letramento SocioAmbiental**, Atibaia, v. 3, n. 2, p. 191-211, 2025.

IARED, V. G. *et al.* Educação ambiental pós-crítica como possibilidade para práticas educativas mais sensíveis. **Educação e Realidade**, v. 46, n. 3, 2021.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014.

LISPECTOR, C. **A descoberta do mundo**. São Paulo: Rocco, 2008.

MACHADO, A. M. N. **Crendices e Assombrações em torno da Escrita**. Jornal RS, Porto Alegre, 15 jun. 1998.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOORE, J. W. **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

PEREIRA, V.; ZITKOSKI, J. J. Racionalidade antropocena e educação ambiental. **Praxis & Saber**, v. 15, n. 41, 2024.

SAITO, K. **O capital no Antropoceno**. São Paulo: Boitempo, 2023.

STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. de M. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. **Mana**, v. 20, p. 163-183, 2014.

TSING, A. L. **Viver nas ruínas: as artes de viver no meio das ruínas do capitalismo**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

Recebido em: agosto de 2025

Aceito em: dezembro de 2025

Revisão gramatical realizada por: Iêda de Almeida Ribeiro Bacelar
E-mail: iedasme@yahoo.com.br